

**SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOE AMADEUS – SESA**  
**FACULDADE AMADEUS – FAMA**  
**CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**EDNA SANTOS ALVES**

**A CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN E A DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM  
NA ALFABETIZAÇÃO**

**Aracaju – SE**

**2013**

**EDNA SANTOS ALVES**

**A CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN E A DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM  
NA ALFABETIZAÇÃO**

**Artigo científico apresentado à Faculdade Amadeus como Trabalho de Conclusão de Curso e requisito básico para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.**

**Professor Orientador: Prof. Eduardo N. Schoucair**

**Aracaju – SE**

**2013**

A474a Alves, Edna Santos

A criança com síndrome de down e a dificuldade de  
aprendizagem na alfabetização / Edna Santos

Alves. – Aracaju, 2013.

19f.

Orientador: Prof. Eduardo Jorge N. Schoucair.

Artigo (Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia) –

## A CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN E A DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM NA ALFABETIZAÇÃO

\*Edna Santos Alves<sup>1</sup>

### RESUMO

A criança, na fase da alfabetização necessita de estímulos para que possa ter uma aprendizagem significativa. A alfabetização é a fase das descobertas para a criança, e quando a mesma apresenta algum tipo de déficit, fica mais difícil que a aprendizagem aconteça. A criança portadora da Síndrome de Down tem condições de avançar na vida escolar como as demais, para tanto, cabe ao professor aplicar os métodos e recursos adequados a cada uma delas. O objetivo geral do referido estudo é analisar as diferentes formas de aprendizagem da criança SD, durante a alfabetização. A problemática a ser investigada versou do seguinte questionamento: até que ponto as metodologias utilizadas pelo professor de alfabetização viabilizam o processo de aprendizagem da criança portadora de Síndrome de Down? Para tal contemplamos a pesquisa utilizando-se da análise exploratória e descritiva dos dados coletados, sobre a forma de abordagem qualitativa, onde os mesmos foram analisados através do método indutivo, e o delineamento escolhido foi o levantamento bibliográfico. O processo educativo da criança SD, deve basear-se no contato e interação com o outro, nas relações estabelecidas nesse meio, uma vez que estas interações possibilitam que a mesma desenvolva atividades físicas, emocionais e cognitivas que favorecem seu processo de aprendizagem. O processo educativo difere apenas na maneira de apresentar a informação às crianças SD, atendendo suas especificidades.

Palavras-chave: Alfabetização. Síndrome de Down. Educação.

### ABSTRACT

The child at this stage of literacy needs to stimuli that may have a significant learning. Literacy is the phase of discovery for the child, and when it has some type of deficit is more difficult than learning to take place. A child with Down syndrome is able to advance in school life as the other, therefore, it is up to the teacher to apply the methods and resources to each of them. The general objective of this study is to analyze the different forms of child learning SD for literacy. The problem to be investigated revolved around the following question: to what extent the methodologies used by literacy teacher enable the learning process of children with Down syndrome? To contemplate such research using exploratory and descriptive analysis of the data collected on the form of a qualitative approach, where they were analyzed using the inductive method, and the design chosen was the literature. The educational process of the child SD, should be based on the contact and interaction with others, the relationships established in this way, since these interactions enable the same activities develop physical, emotional and cognitive skills that foster their learning process. The educational process differs only in the way of presenting information to children SD, given their specificities.

Keywords : Literacy. Down Syndrome. Education .

---

<sup>1</sup> Graduanda em Pedagogia pela faculdade Amadeus – FAMA. E-mail: [Edna.salves@hotmail.com](mailto:Edna.salves@hotmail.com)

## 1 INTRODUÇÃO

A fase da alfabetização é a fase da descoberta para as crianças. A Educação Infantil incute no dia a dia dos pequenos novos valores e conceitos que os mesmos desconheciam, mas, quando esses pequenos tem algum tipo de deficiência, a tarefa de alfabetizar torna-se um ato mais complexo. A alfabetização da criança com Síndrome de Down, exige do professor antes de mais nada, amor. A Síndrome de Down não é uma doença e sim uma falha genética e essa criança irá necessitar de cuidados especiais, na escola, em casa e nos demais lugares onde andar.

A escolha desse tema nasceu da necessidade de aprofundamento nas teorias sobre o assunto, pois a complexidade da criança SD é grande e através de estudos sobre as diferentes formas de aprendizagem poderemos estar mais preparados para receber essas crianças nas salas de Educação Infantil. Alguns teóricos como Schwartzman, Troncoso, Pueschel, Voivodic, e outros tiveram participação efetiva nos estudos sobre a SD e a alfabetização, por isso para realizar esse trabalho as pesquisam versaram das suas bibliografias, entre outras.

Por meio das pesquisas sobre o assunto acreditamos poder contribuir de alguma forma para o aperfeiçoamento da Educação Inclusiva e como consequência para o avanço dessas crianças na fase da sua alfabetização, já que a criança SD tem possibilidades de se desenvolver e executar atividades diárias e até mesmo adquirir formação profissional e no enfoque evolutivo, a linguagem e as atividades como a leitura e a escrita podem ser desenvolvidas.

Procuramos neste estudo aprofundar no enfoque cognitivo da criança SD e em contrapartida apresentar estratégias que venham nortear os futuros trabalhos sobre a temática em questão, por isso os objetivos da pesquisa são: analisar as diferentes formas de aquisição da aprendizagem da criança SD, durante a alfabetização, procurando identificar os fatores que dificultam o processo de aprendizagem; apontar possíveis mecanismos que contribuam para a aquisição da aprendizagem; e definir estratégias geradoras de estímulos que facilitem a aprendizagem da criança SD

Considerando os objetivos da pesquisa, esse estudo caracteriza-se numa análise exploratória e descritiva dos dados coletados, recaindo sobre a forma de abordagem qualitativa, onde os mesmos foram analisados através do método indutivo, utilizando referências bibliográficas sobre o tópico em questão, uma vez que o mesmo está revestido de subjetividade.

Com relação aos procedimentos para a coleta de dados, o delineamento escolhido foi o levantamento bibliográfico, sendo utilizada como ferramenta complementar além da técnica de fichamento, a pesquisa documental, uma vez que recairá em fontes secundárias.

O material coletado teve como base a análise de conteúdo, por meio dos quais foi possível criticar e interpretar as fontes pesquisadas. A análise crítica deu-se após a coleta dos dados, objetivando ordenar e organizar as informações, verificando o conteúdo do material.

Tomando-se por base os resultados alcançados, foram realizadas as deduções lógicas pertinentes ao tema, levando em consideração o referencial teórico aqui abordado.

Dessa forma, a questão investigada com a execução do estudo versou sobre o seguinte questionamento: Até que ponto as metodologias utilizadas pelo professor de alfabetização viabilizam o processo de aprendizagem da criança portadora de Síndrome de Down?

## **2 BREVE HISTÓRICO DA SÍNDROME DE DOWN**

O mongolismo, mais tarde conhecido como Síndrome de Down, foi descrito pela primeira vez na Grã-Bretanha, no século XIX, pelo médico inglês John Langdon Down (Londres, 1866), com base em algumas características observadas em crianças internadas num asilo de Surrey (Inglaterra). Na segunda metade do século XX, J. Lejeune e colaboradores (Paris, 1959) descobriu que o mongolismo resulta da presença de um cromossomo 21 supernumerário (três cromossomos, em vez dos dois habituais), pelo que esta doença genética, passou a designar-se, corretamente, por Trissomia 21 (literalmente: três cromossomos 21). (Cunha 2008).

De acordo com estudos de Genética, cada ser humano só pode apresentar um par de cromossomos, quando acontece de a pessoa apresentar três cromossomos ao invés dos dois habituais, ocorre uma “falha” genética denominada Trissomia 21.

Durante as pesquisas realizadas sobre a Trissomia 21, podemos perceber várias fases da evolução dessa “falha” genética, que anos mais tarde seria denominada SÍNDROME DE DOWN.

A maioria das crianças com Trissomia 21 apresenta um déficit cognitivo de leve a grave. Hoje, os aspectos sociais tem sobressaído a importância dada ao QI (Quociente de Inteligência), que existia no passado. Portanto a deficiência das crianças com Trissomia 21 não é considerada tão grave, já que as mesmas conseguem alcançar uma grande autonomia pessoal e social num contexto geral. O convívio social das pessoas com Trissomia 21 é alegre, interativa e social, embora as mesmas sejam um pouco teimosas e algumas vezes queiram fazer valer a sua própria vontade em vez do outro.

A Trissomia 21 apresenta três tipos distintos, que são:

- Trissomia 21 padrão:  
-Cariótipo: 47xx ou 47xy (+21)

O indivíduo apresenta 47 cromossomos nas duas células, sendo o 3º cromossomo extra ligado ao par 21. Nesse caso, os pais têm cariótipo normal, e a trissomia se dá por acidente. Ocorre em aproximadamente 95% dos casos.

- Trissomia por translocação:  
-Cariótipo: 46xx (t 14;21) ou 46xy (t 14;21)

O indivíduo apresenta 46 cromossomos e o cromossomo 21 extra está aderido a outro par, em geral o 14. Ocorre em aproximadamente 3% dos casos.

- Mosaico:  
-Cariótipo: 46xx/47xx ou 46xy/47xy (+21)

O indivíduo apresenta uma mistura de células normais (46 cromossomos) e células trisômicas (47 cromossomos). Ocorre em aproximadamente 2% dos casos.

De acordo com Voivodic (2007) o diagnóstico em geral, é obtido com o estudo cromossômico (cariótipo). Cariótipo corresponde à identidade genética do ser humano e é através de um exame conhecido como cariograma, que se torna possível obtê-lo, até mesmo no feto. Caso esses exames não sejam feitos, o médico pode diagnosticar a SD logo que a criança nascer, devido as suas características.

O registro antropológico mais antigo da SD deriva das escavações de um crânio saxônico, datado do século VII, apresentando modificações estruturais vistas com frequência em crianças com SD. Algumas pessoas acreditam que a SD tenha sido representada no passado em esculturas e pictografias. Os traços faciais de estatuetas esculpidas pela cultura Olmec há quase 3000 anos foram considerados semelhantes aos de pessoas com SD. O exame cuidadoso dessas estatuetas, porém, gera dúvidas sobre essa afirmação. (PUESCHEL, 1993).

Muitas crianças SD apresentam problemas de visão e audição, que são de leves a moderados, o que poderá influenciar na sua aprendizagem. Uma avaliação completa da visão, tempo de atenção e nível de desenvolvimento cognitivo, é de grande necessidade.

Segundo Troncoso, (2004) a intervenção nas perturbações do desenvolvimento assenta, basicamente, a prestação de cuidados médicos, educativos e sociais, numa perspectiva pluridisciplinar e sempre com a participação efetiva da família. Um dos domínios de intervenção de maior interesse e relevo na Trissomia 21 é, sem dúvida, a área da linguagem. As crianças com Trissomia 21 que iniciam a leitura precocemente mostram grande facilidade na aprendizagem visual das palavras e as investigações mostram os efeitos positivos no desenvolvimento das competências linguísticas, cognitivas e sociais. Na sequência da introdução de novas metodologias pedagógicas, um bom número de crianças com Trissomia 21 aprenderá a ler, antes de terminada a primeira década de vida. O primeiro objetivo da aprendizagem da leitura poderá ser o desenvolvimento da linguagem, área onde deve ser feito um grande investimento educativo e desenvolvimental.

De acordo com os estudos de Piaget, e analisando as diferentes formas de aprendizagem da criança SD, que surgiu nossa inquietação, afinal como falar que a criança SD pode aprender igual às ditas normais, se não existe meio na Educação para tal? Dessa forma resolvemos falar da inclusão dessas crianças nas escolas regulares, e embasar essa pesquisa com os artigos em que as mesmas estão referidas, onde o acesso à escola é permitido desde a Educação Infantil, ou Creches, que é a fase onde a criança SD desenvolverá com maior ênfase o seu aprendizado cognitivo e social.

O estímulo e a motivação são fatores de primordial importância no que tange ao desenvolvimento cognitivo e intelectual da criança SD, pois a mesma não concentra sua atenção em tarefas longas e a aprendizagem é cortada, nunca concluída, então com o estímulo adequado essa mesma aprendizagem poderá ter maior sucesso.

## **2.1 A Criança com Síndrome de Down e a escola**

A estimulação precoce da criança SD e a aplicação de programas específicos de ensino permitem que o grau de atraso seja minimizado. O ritmo lento de aprender e a redução do QI (Quociente Intelectual), com o passar dos anos, especialmente a partir dos 10 anos, são fatores que irão colaborar para a dificuldade da criança na aprendizagem.

A atenção é um elemento de grande importância no desenvolvimento do processo cognitivo. O déficit de atenção existente desde os primeiros anos de vida e pode comprometer seu desenvolvimento em tarefas e sua maneira de explorar o meio. Fatores ambientais podem amenizar ou piorar essa dificuldade. As famílias e os profissionais que lidam com a criança através da estimulação, podem ajudar a diminuir o déficit instigando-a a prestar atenção.

Através da motivação, adaptação e uso de metodologias educativas que se aliem ao conjunto de ações desenvolvidas em sala de aula para uma crescente aquisição da aprendizagem, é possível sim, que a criança com Síndrome de Down seja capaz de aprender satisfatoriamente.

O conhecimento acontece quando há uma relação entre o sujeito (aquele que irá conhecer), e o objeto (aquilo que será conhecido). Sendo assim, quando a criança, na alfabetização, recebe o estímulo necessário para impulsioná-la a conhecer aquilo que ainda é desconhecido, o mesmo fará com que aconteça um envolvimento entre a criança e o objeto de sua curiosidade: o ensino, o que fará com que a criança seja provocada a desvendá-lo.

Segundo Piaget (1962), por meio da ação que empreende para desvendar o objeto, o sujeito sofre mudanças internas, sai do estado atual – de menor conhecimento – e passa ao estado superior, em que domina o objeto.

A criança então passa a ter o desejo de aprender quando é estimulada para tal, desde que esse estímulo seja um fator motivador para que a aprendizagem aconteça de fato. A base da aprendizagem na alfabetização é a curiosidade em desvendar o desconhecido, e estabelecer relações com esse desconhecido.

Durante os primeiros dez anos de vida de um ser humano produzem-se grandes e importantes alterações biológicas no cérebro, muito diferentes das alterações produzidas em etapas posteriores, que são menores tanto nas estruturas quanto na neuroquímica cerebral.

O estímulo e a motivação são de particular importância para a prática do professor em sala de aula, a criança SD, por conta das alterações biológicas, não terá um desenvolvimento cognitivo semelhante às demais crianças da sua idade, mas conseguirá, a seu tempo desenvolver as mesmas atividades que as outras crianças, entretanto o seu ritmo seja mais lento e sistematizado. A criança de 3 a 4 anos de idade começará a ficar para trás em relação aos outros da sala nas aquisições do conhecimento, mas isso não quer dizer que não possa superá-los em outras áreas afins.

O fato de a criança não ter desenvolvido uma habilidade ou demonstrar conduta imatura em determinada idade, comparativamente a outras com idêntica condição genética, não significa impedimento para adquiri-la mais tarde, pois é possível que madure lentamente. (SHWARTZMAN, 1999).

Não há um tempo pré-determinado para que a aprendizagem da criança SD ocorra, há sim a necessidade de estímulo desde a infância, na fase pré-escolar, porque os especialistas afirmam que essa é a melhor fase para que o aprendizado aconteça mais naturalmente.

A descoberta do novo é a motivação que a criança SD terá para aprender, para descobrir, e na escola, ela terá contato com outras crianças “normais”, que farão trocas de experiências com a mesma, que irão inseri-la nas rotinas da escola e, por conseguinte tornar o ambiente da escola um tanto quanto habitual para a criança SD.

O ensino da criança SD deve acontecer de forma sistemática e organizada, não deve ser teórico nem metódico, deve seguir passos previamente estabelecidos. O lúdico, normalmente, é um atrativo bastante utilizado pelos educadores na primeira infância. A estimulação de diferentes áreas é proporcionada quando o lúdico é uma ferramenta utilizada para a facilitação da aprendizagem e a interação social da criança SD.

Uma das maiores preocupações em relação à educação da criança, de forma geral, se dá na fase que se estende do nascimento ao sexto ano de idade. Neste período a educação infantil tem por objetivo promover à criança maior autonomia, experiências de interação social e adequação. Permitindo que esta se desenvolva em relação a aspectos afetivos, volitivos e cognitivos, que sejam espontâneas e antes de tudo sejam “crianças”.

Atualmente, alguns dados afirmam que a criança SD, se integra facilmente em salas de Educação Infantil, se essa integração for iniciada nos três primeiros anos de vida. Essa preparação envolve aspectos de desenvolvimento e da maturidade em áreas, como: linguagem, motricidade grossa e fina, socialização e área cognitiva. O desenvolvimento dessa criança acontece quando na família a mesma também encontra um ambiente afetivo, enriquecedor de estímulos, o que é imprescindível para que seja atingido o máximo do desenvolvimento de suas capacidades.

## **2.2 A contribuição da família**

A família é o elo mais importante na evolução da criança SD, pois a afetividade familiar lhe proporciona um grande estímulo na realização de suas atividades cognitivas, através da associação com fatos e acontecimentos de âmbito familiar, a mesma irá construir uma ponte para a elaboração do seu conhecimento. No que diz respeito a linguagem, a criança SD irá construindo através das atividades exercidas e orientadas pelo professor, que irá fornecer os estímulos necessários para que essa criança consiga reproduzi-los na fala.

É muito comum a essas crianças criarem outro padrão de desenvolvimento da fala, em geral mais lento do que um desenvolvimento gradual: às vezes, alternam períodos de estagnação com saltos em suas conquistas, o professor deve estar sempre atento.

Algumas informações são importantes para o professor que vai ser facilitador desta inclusão da criança SD na rotina escolar cotidiana:

O desenvolvimento da fala entre os 2 e 7 anos é muito desigual entre os portadores de Síndrome de Down e as demais crianças, especialmente devido a alguns aspectos fisiológicos e neurológicos; em geral, crianças com Síndrome de Down têm complicações auditivas o que torna difícil para elas começar a falar só pelo que ouvem. Alguns fatores afetam sua audição e outros afetam sua oralidade, interferindo na fala, os mais relevantes são:

Elas comumente têm otite média devendo ser acompanhadas por otorrinos e realizar audiometria regularmente; enquanto os dutos auditivos das demais crianças tendem a se alargar após os 2 ou 3 anos, nas crianças SD, só mais tardiamente, aos 6 ou 7 anos, isso ocorre; é anatomicamente difícil para as crianças SD manter a língua na boca, pois o espaço entre os maxilares é achatado e isso deve ser observado, pois a anatomia do rosto também influencia a fala.

A filosofia moderna de normalização tem influenciado a programação educacional e de lazer para crianças portadoras de deficiência. Isto significa que, sempre que possível, a criança com deficiência deve participar das atividades e oportunidades disponíveis para crianças não deficientes, da sua faixa etária. Cada vez mais, aumenta a variedade de opções entre as quais os pais podem escolher, utilizando como critério as necessidades individuais da criança. Os sistemas escolares americanos são obrigados pelas leis federais PL 94-142 e PL 99-457, bem como por leis estaduais, a desenvolver programas educacionais apropriados para crianças portadoras de deficiência no ambiente o menos restritivo possível. Não há quaisquer pré-requisitos de desenvolvimento ou saúde para tais programas escolares. Muitas vezes, as escolas públicas têm diversos programas educacionais para pré-escolares com deficiência. Se a criança já foi atendida num programa de intervenção precoce, há frequentemente, um processo de transição, no qual as equipes de ambos os sistemas envolvem-se no planejamento apropriado. As escolas são obrigadas a reavaliar as necessidades de aprendizagem da criança e desenvolver um programa de ensino individualizado (PEI), incluindo-se reforço pedagógico em áreas de desenvolvimento do tipo motricidade ou linguagem. Os pais devem envolver-se ativamente no processo de avaliação. Têm o direito de acompanhar o programa e solicitar revisões, se necessárias. Se houver desacordo entre a escola e

pais que não puder ser resolvido, existe a possibilidade de abertura de um processo. (PUESCHEL, 1993).

### **2.3 A socialização da criança com Síndrome de Down**

A socialização com crianças da mesma faixa etária ainda é um ponto que se deve discutir, pois há a questão das interações onde a criança também aprende com outras crianças de outras idades e níveis escolares divergentes, as trocas de experiências trazem um referencial que a criança ainda não tinha construído e a criança SD é muito afetiva, quando se envolve em rodas de amigos ela sempre se destaca por sua simpatia e amabilidade. O ambiente de aprendizado deve sempre oferecer recursos para que sejam realizadas essas trocas de saberes entre as próprias crianças.

Ao contrário das escolas americanas, as escolas brasileiras necessitam sofrer mudanças nesse sentido, não é apenas receber o aluno SD, mas sim procurar inseri-lo num contexto em que as aquisições pedagógicas sejam relevantes para o seu crescimento cognitivo e para que as outras crianças possam aprender como se endentar no mundo da criança SD.

O uso de métodos não adequados às habilidades ou interesses da criança pode fazer com que a alfabetização se torne uma experiência negativa ou desagradável que a criança poderá ter dificuldade para compreender. O conceito de ler pode não ser entendido pela criança. Pode ser difícil para a criança entender que palavras impressas representam pessoas, lugares, ações, objetos, sentimentos e ideias. Ela pode achar que olhar as figuras e descrevê-las é ler.

A criança pode não estar motivada a ler. Não captou o valor a longo termo deste aprendizado, nem o quanto a habilidade de ler e escrever pode ser útil em sua vida cotidiana.

Algumas crianças SD não possuem as ferramentas necessárias para entender as relações simbólicas que permitem que a leitura aconteça naturalmente.

A criança pode ter distúrbios de visão ou audição que prejudicariam a aquisição da leitura e escrita. Para Troncoso (1998), os jovens SD hoje, em relação aos de gerações passadas, têm capacidades de leitura que lhes permitem acessar informações escritas em geral, com isso melhorando suas possibilidades de interação pessoal e suas habilidades sociais. Estas são razões suficientes para estabelecermos como objetivo a alfabetização de todas as crianças e jovens SD. Ela diz: "Será raro aquele que não poderá aprender a ler e escrever - antes de abandonar o ensino da escrita, precisamos estar absolutamente seguros que tenham sido tentados diferentes procedimentos de aprendizagem".

Martini (1996, PG.132). A alfabetização de uma criança SD não deve ser apenas uma atividade mecânica e repetitiva, mas sim deve representar um enriquecimento real de sua personalidade. A escrita é uma forma de suporte para a memória e um modo de transmitir significados; a leitura é um modo de receber significados e informações e é na direção desses valores e objetivos que se devem incrementar as capacidades da criança. Leitura e escrita estariam atuando como importantes ferramentas na construção de um sujeito autônomo.

#### **2.4 As metodologias na alfabetização da criança com Síndrome de Down**

No que se refere às diferentes perspectivas metodológicas que podem ser empregadas na alfabetização de crianças SD, encontramos divergências, mas de maneira geral todas as abordagens procuram respeitar as especificidades que estão presentes no aluno, além de sua síndrome, como idade, personalidade, interesses e capacidades de cada um.

Além de um ambiente enriquecedor e estimulante, cheio de bom senso e sem ansiedade, a criança necessita realizar um trabalho sistemático e bem estruturado que a ajude a organizar bem a informação e a preparar-se para posteriores aquisições mais complexas. (TRONCOSO, 1992). É este o trabalho que o professor deve executar em sala de aula fazendo-o com criatividade, flexibilidade, respeito, exigência, alegria e principalmente amor.

É necessário que haja criatividade devido ao número de repetições das atividades, para que a criança adquira autonomia de suas ações e respostas e também para entender os conceitos. Quando uma atividade ou exercício não é apresentado de uma forma atrativa, a criança perde o interesse pela mesma e o professor não consegue ter uma continuidade de seus conteúdos.

Não se podem desperdiçar os momentos de criatividade e iniciativa da criança SD e o professor deverá agir, então com certa flexibilidade nas atividades que chamarem mais a atenção da criança, para que a mesma possa realizá-la com plena satisfação e prazer.

Mesmo que o processo seja lento, o professor não deverá demonstrar impaciência e frustração diante os fracassos, porque através da repetição desses exercícios a criança irá internalizar os conceitos dos mesmos. Nesse momento deve haver o respeito, que deve ser demonstrado para que a criança não se sinta fracassada. A exigência por parte do professor deve ser moderada, mas o mesmo deve prestar atenção para não exigir menos que a criança poderá produzir.

O bom humor habitual nas relações das crianças deve ser transmitido também pelo professor, alegria na realização das atividades fará com que a criança SD desenvolva certa empatia, pois a situação de aprendizagem deve ser um desafio estimulante e positivo, tanto para o aluno como para o professor.

A evolução gradativa da aprendizagem deve ser respeitada, já que toda criança aprende a seu tempo, não é adequado pular etapas e exigir que a criança realize atividades que não possa fazê-lo, pois essa atitude poderá causar estresse à mesma, é importante que o educador promova o desenvolvimento da aprendizagem utilizando-se das situações diárias da criança.

Voivodic defende uma citação de Vygotsky, onde o mesmo afirma que para diminuir a defasagem das crianças com deficiência mental, devemos levar em consideração um enfoque nas funções cognitivas da criança.

Precisamente porque as crianças retardadas, quando deixadas a si mesmas. Nunca atingirão formas bem elaboradas de pensamento abstrato é que a escola deveria fazer todo esforço para empurrá-las nessa direção, para desenvolver nelas o que está intrinsecamente faltando no seu próprio desenvolvimento. (apud – VYGOTSKY, 1988).

Para uma criança dita normal, já se trata de uma tarefa difícil a sua inserção nesse mundo novo da escola, onde as habilidades já adquiridas serão testadas e avaliadas constantemente. Quando pensamos então numa criança SD nesse mesmo contexto, podemos sim imaginar a dificuldade que será para a mesma esquematizar e sistematizar esse novo modo de viver e socializar-se com outras crianças, situações, lugares e acontecimentos.

É através dessas interações que a criança SD vai construindo cognitivamente suas experiências, nunca sozinha, é claro, pois a mesma necessita de direção e organização, e nesse ponto o trabalho do educador é de suma importância. O educador será o maestro que irá reger a vida escolar da criança SD, porém o mesmo deverá ter o cuidado de extrair o conhecimento da criança. A curiosidade que a criança SD tem fará com que o educador tenha uma noção das áreas a serem exploradas e desenvolvidas na aprendizagem.

A criança SD necessita muito de contatos físicos, por isso é difícil para a mesma elaborar mentalmente o abstrato, a menos que sejam realizadas relações com o concreto para que a mesma possa associar.

As interações entre a criança SD e o educador são de grande acuidade, pois a afetividade é uma porta que trará muitos benefícios para que a aprendizagem aconteça no período da alfabetização,

então, a escola precisa ser um lugar agradável onde ela queira estar e também possa se divertir junto àqueles de quem ela goste.

Quando crianças SD entram na escola, muitas vezes nos questionamos sobre o que elas extrairão desta experiência educacional. Certamente, esperamos que a escola ofereça os tipos de vivências estimulantes e ricas que fazem o mundo parecer um lugar interessante para explorar. As situações de aprendizagem na escola devem emprestar à criança SD uma sensação de identidade pessoal, auto-respeito e prazer.

Com relação à alfabetização, não há um método voltado especificamente para as crianças SD, e cada criança requer uma forma de intervenção específica, à qual melhor se adegue. É na prática das atividades diárias de sala de aula, que a criança SD irá se organizar cognitivamente para receber o novo aprendizado, nas brincadeiras e no brincar essa nova aquisição torna-se mais prazerosa e dará o estímulo que a criança necessita.

Como resultado do nosso dever de educadores e afeto pelo aluno, deveremos ajudá-lo a progredir sem lhe exigirmos mais do que pode fazer, pois assim o frustraremos por não atingirmos o nosso ideal. O importante é que o aluno continue a progredir, ao seu próprio ritmo, nunca abaixo de suas possibilidades, sem pretensões de atingir o mesmo nível do outro aluno, que vai muito bem, ou dos seus companheiros de turma que não tem SD ou outras dificuldades especiais.

A sala de recursos deve consistir em local apropriado a receber as crianças especiais, que deverão receber assistência pedagógica especializada.

O professor de recursos deve priorizar as atividades em que o portador de deficiência tem dificuldades e precisa de auxílio. Este pode servir como tutor dos estudantes excepcionais em suas classes e deve cuidar de que os professores das crianças excepcionais e de que estas recebam os materiais e equipamentos didáticos.

Um fato determinante para uma boa assistência a crianças especiais é não sobrecarregar demais a sala de recursos especiais para que o professor possa trabalhar bem. É fundamental também, que o professor indicado esteja preparado, para ser capaz de atender as necessidades de seus alunos e trabalhar em harmonia com o professor da classe.

A educação das crianças deve centrar-se na aquisição e no desenvolvimento das suas capacidades, de modo que possam executar com maturidade e responsabilidade sua autonomia pessoal e adquirir conhecimento e destreza que lhes permitam integrar-se ao máximo no grupo social e cultural a que

pertencem. Os alunos SD não podem estar fora dessa regra geral. Contudo, é difícil que todos o consigam.

A principal finalidade da educação, da infância à adolescência, é a de preparar os indivíduos para serem eficazes e bem-sucedidos na vida adulta. Assim, a boa educação oferece uma combinação de habilidades básicas e especializadas. Para proporcionar este tipo de educação para crianças SD, os educadores devem conhecer os desafios e problemas que essas crianças enfrentam, e como se responde melhor a tais desafios.

Os portadores da Síndrome de Down são capazes de atuar em níveis muito mais elevados do que se acreditava anteriormente. Dentro dos limites impostos por sua condição genética básica, há uma gama de variantes intelectuais e físicas. Uns têm comprometimento maior do que outros, mas mesmo os de Q.I. deficitário, surpreendem.

A educação da criança com Síndrome de Down deve começar a partir do nascimento, com uma estimulação capaz de integrá-la progressivamente ao meio ambiente e à vida social. Algumas experiências têm demonstrado que o progresso dos alunos que foram estimulados desde bebês é mais acelerado do que os que receberam tardiamente.

## **2.5 A inclusão**

O dever da escola é receber essa criança e partindo do ponto em que ela se encontra fazê-la avançar em aprendizagem, não é porque a criança é portadora de Síndrome de Down, que a escola irá abster-se de sua finalidade enquanto escola, os pais devem ter sempre em mente que a criança é um ser em transformação, e cabe a eles, proporcionar esse momento de aprendizagem para a transformação da mente da criança.

Quando os pais de crianças SD estão, evidentemente, preocupados com o futuro de seus filhos, os objetivos seguintes resumem aquilo que os pais desejam para eles quando adultos:

- Que sejam capazes de interagir com pessoas que não são portadoras de deficiências, bem como com aqueles que são. E que tenham verdadeiros amigos nos dois grupos;
- Que sejam capazes de trabalharmos mesmos ambientes que aqueles que não apresentam deficiências;

- Que sejam bem-vindos e participem em eventos e atividades realizadas por pessoas sem deficiências, sentindo-se confiantes e à vontade;
- Que vivam na moradia de sua escolha, conforme suas possibilidades econômicas;
- Que sejam felizes.

Na década de 60 a política nacional brasileira trás uma novidade, a inclusão de crianças deficientes nas escolas regulares, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4024/61, garante em seu artigo 88, o direito dos excepcionais à educação, e para que sejam integrados à sociedade, sua educação deverá sempre que possível, enquadrar-se no sistema regular de ensino.

Mas o crescimento só aconteceu de maneira mais efetiva, a partir da Constituição de 1988, que garante o acesso ao Ensino Fundamental regular a todas as crianças e adolescentes, sem exceção. E deixa claro que a criança com necessidade educacional especial deve receber atendimento especializado complementar, de preferência dentro da escola. A inclusão ganhou reforços com a LDBEN, de 1996, e com a resolução criada em 11 de setembro de 2001 que apresenta: O atendimento escolar desses alunos terá início na educação infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes o serviço de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado. E os sistemas de ensino deverão matricular todos os alunos e caberá as escolas organizar-se para o atendimento às crianças com necessidades especiais.

### **3 CONCLUSÃO**

A aprendizagem da criança SD envolve vários fatores, internos e externos, e só ocorrerá quando professores e equipe educativa, juntamente com a família e as demais pessoas que rodeiam e fazem parte direta ou indiretamente, da vida dessa criança se conscientizarem de que ela necessita de cuidados diferenciados e que a dependência da mesma é maior que as demais da mesma faixa etária.

O professor deverá buscar as potencialidades dessa criança e trabalhar para que ela possa avançar cada vez mais em compreensão e aprendizado.

Por outro lado, a família possibilitará uma vida agradável a essa criança quando trata-la com amor, pois a afetividade é de grande importância para o crescimento, tanto físico como na aprendizagem de coisas novas.

O mundo necessita de mais preparo para receber e conviver com as crianças SD, pois as mesmas necessitam e são crianças como as demais. Muitas crianças com síndrome de Down precisam ser ensinadas sobre como brincar com o material, como brincar com outras crianças e como desenvolver a imaginação. A melhor abordagem é introduzir novas atividades lentamente, ensinando as habilidades requeridas e usando outras crianças como modelo. No entanto, deve-se permitir que a criança progrida no seu próprio ritmo. Ela levará um tempo para construir sua confiança.

A criança SD não está simplesmente atrasada no seu desenvolvimento ou meramente em necessidade de programas facilitados. Elas têm um perfil de aprendizagem específico com características fortes e fracas. Estar ciente dos fatores que facilitam e dos que inibem a aprendizagem permitirá ao professor planejar e implementar atividades significativas, relevantes e agendas de trabalho. O perfil e o estilo de aprendizagem típico da criança SD, associados às suas necessidades individuais e variações, precisam sim serem consideradas.

Sabemos que o processo educativo realizado tanto com a criança dita “normal” como com a criança portadora de deficiência, e em especial a Síndrome de Down, deve basear-se no contato e interação com o outro, nas relações estabelecidas nesse meio, uma vez que estas interações possibilitam a criança SD desenvolver atividades físicas, emocionais e cognitivas que favorecem seu processo de aprendizagem. A educação que as crianças sem deficiência recebem pode ser a mesma para as crianças com Síndrome de Down, já que recebendo a educação semelhante, com as modificações necessárias, podem superar ou melhorar suas limitações. Entretanto, esse processo educativo difere apenas na maneira de apresentar a informação às crianças SD, atendendo suas especificidades.

Assim como a família, a escola assume papel de grande importância na formação tanto de crianças sem deficiência como das que tem algum tipo de deficiência, ela atua como espaço de formação social e como ambiente principal de transmissão do conhecimento construído socialmente e sistematizado, influi em todos os aspectos relativos aos processos de socialização e individualização da criança, assim como no desenvolvimento das relações afetivas, na habilidade de participar em situações sociais, na aquisição de exercícios relacionados com a competência comunicativa.

Uma concepção equivocada ainda presente em relação às características das crianças SD, é que ‘todas’ tem o mesmo temperamento, mesmo tipo de humor e comportamento. Um processo de inclusão que se apoie nessa premissa é um tanto excludente, e assim, a Educação não estaria cumprindo aquilo a que se compromete a LDB.

Considera-se fundamental e enriquecedora também, a prática das atividades lúdicas nas aprendizagens da criança SD, pois, dessa forma as mesmas poderão socializar-se, interagir, perder a timidez, construir amizades, exercitar a linguagem, conviver com outras pessoas, e acima de tudo a incentivá-las a usar suas potencialidades objetivando o seu crescimento.

## REFERÊNCIAS

- CUNHA, Morais Vinícius. **Psicologia da Educação**. 4 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.
- PUESCHEL, Siegfried M. **Síndrome de Down: Guia para pais e educadores**. Campinas. Papyrus, 1993.
- SCHWARTZMAN, J. S. **Síndrome de Down**. São Paulo: Mackenzie, 1993.
- TRONCOSO, Maria Victoria e Del Cerro, Maria Mercedes. **Síndrome de Down: lectura y escritura**, Cantabria, Espanha: Masson S.A., 1998.
- TRONCOSO, Maria Victória. **Síndrome de Down: Leitura e Escrita**. Portugal. Porto Editora, 2004.
- VOIVODIC, Maria Antonieta. **Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down**. São Paulo. Petrópolis: Vozes, 2007.
- WINNICOT, W. **A criança e seu mundo**. São Paulo: Editora LTD, 1992.
- <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/spdsix07.htm>. Acesso em 02/09/2013.